



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Diagnóstico, encaminhamento e tratamento dos atrasos no desenvolvimento infantil

Para melhorar a situação dos atrasos de desenvolvimento das crianças e reduzir o grau de deficiência, em Junho de 2016, o Governo da RAEM, através da cooperação interdepartamental, criou o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica, que presta serviços “One Stop” de avaliação às crianças com idade até aos 6 anos suspeitas de atraso no desenvolvimento, de modo a alcançar o objectivo político de detecção, diagnóstico e tratamento precoces [Nota 1].

Os atrasos no desenvolvimento são um obstáculo para o desenvolvimento pessoal das crianças, e são também motivo de pressão para as suas famílias ao nível dos cuidados. No relatório das LAG para este ano, o Governo anuncia que vai prestar alguns serviços, tais como formação e tratamento às crianças com dificuldades de desenvolvimento e às suas famílias [Nota 2]. No entanto, segundo muitos pais, para conseguir aceder à avaliação médica e receber tratamento e treino no Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica, é necessário que o médico do centro de saúde encaminhe o caso, porém, a consulta realizada pelo médico do centro de saúde dura apenas alguns minutos, e após a consulta, o médico pode entender que a criança não atinge o grau definido e decidir não encaminhar o caso, por isso, os pais duvidam da eficácia da referida avaliação, especialmente nos casos não óbvios. Além disso,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

depois do encaminhamento, precisam de esperar mesmo muito tempo para receber tratamento, a duração de cada sessão de tratamento é curta, e como no mercado privado a oferta de terapeutas não consegue dar resposta à procura, a qualidade varia e os preços são elevados, portanto, os pais encontram-se num dilema.

É de salientar que a sociedade ainda não tem conhecimentos suficientes sobre os atrasos no desenvolvimento infantil, tem até entendimentos errados, e a divulgação do Governo também precisa de ser reforçada, pois alguns casos não são descobertos com a devida antecedência, e as crianças acabam por perder o período de ouro do tratamento.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Durante o período de espera pelo tratamento, os pais não têm qualquer meio para aceder e receber directamente informações correctas, só quando os filhos recebem tratamento é que podem consultar as informações de que precisam. Assim sendo, as autoridades devem, por exemplo, criar linhas abertas ou um departamento próprio, para disponibilizar aos pais informações sobre os casos dos seus filhos, nomeadamente sobre o ponto da situação. Vão fazê-lo?
2. No relatório das LAG para este ano, as autoridades afirmam que vão prestar alguns serviços, tais como formação e tratamento às crianças com dificuldades de desenvolvimento e às suas famílias [Nota 2]. De que planos e medidas em concreto é que dispõem para o efeito? Além disso, em 2019, o Governo revelou que estava a preparar a criação de um centro de educação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e formação precoce para as crianças com dificuldades de desenvolvimento e para as suas famílias [Nota 3]. Qual é então o ponto da situação?

3. Em resposta a uma interpelação escrita de uma Deputada, o Governo refere o seguinte: “Desde o ano de 2018, o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica tem providenciado tratamento de reabilitação às crianças de acordo com a gravidade do seu atraso no desenvolvimento, classificado em 3 categorias. Para os pacientes da Categoria I, ou seja, para bebés diagnosticados com óbvia e séria deficiência de desenvolvimento logo após o nascimento, o tratamento de reabilitação é prestado de imediato sem necessidade de espera; para os da Categoria II, ou seja, para crianças até aos 3 anos de idade com deficiências graves de desenvolvimento, o tempo de espera para a terapia ocupacional e terapia da fala foi reduzido entre 2 e 4 semanas, respectivamente; para os da Categoria III, ou seja, os restantes casos, o tempo de espera foi reduzido entre 1 e 2 meses, uma redução de tempo ainda maior, que geralmente era entre 18 e 24 semanas.” [Nota 3]. No entanto, segundo alguns pais, o encaminhamento para a avaliação demora, em média, 4 a 6 meses, e após a avaliação, precisam de esperar 6 a 9 meses para receber tratamento. As autoridades estão a par desta situação? Estão reunidas as condições para reduzir ainda mais o tempo de espera, evitando que as crianças percam o período de ouro do tratamento?

Referências:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Nota 1: Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica: Apresentação dos serviços de tratamento precoce, <https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/site/cacp/index.jsp?con=infointro>

Nota 2: Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2022 da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, página 43, https://www.policyaddress.gov.mo/data/policyAddress/2022/zh-hant/2022_policy_c.pdf

Nota 3: Resposta à interpelação escrita apresentada pela Deputada Song Pek Kei, Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2019-09/107015d7b0003678de.pdf>

4 de Março de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Leong Wong**